

Informe Anual  
**2022**





Acesse os  
Informes anuais  
**2022**

---

Informe **Anual**

**2022**



Repensar o futuro da energia é garantir energia para o futuro.

Na Naturgy sabemos que enfrentar os desafios apresentados hoje significa abordar questões como as alterações climáticas, a transição energética, sustentabilidade e transformação da experiência do cliente.

Sempre com uma atitude aberta e inovadora, identificando oportunidades, novos modelos de negócios e desenvolvendo soluções que contribuam para o bem-estar da sociedade.





RESULTS ADDITIONAL



## Balanço patrimonial

### Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

<b>Ativo</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	324.203	338.638
Contas a receber de clientes (Nota 7)	267.121	320.245
Tributos a recuperar (Nota 8)	36.687	10.751
Contribuição social a recuperar (Nota 8)	52.762	35.713
Despesas antecipadas	1.414	519
Outros ativos	1.800	2.043
	<b>683.987</b>	<b>707.909</b>
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	213	110
Tributos a recuperar (Nota 8)	207.803	191.237
Depósitos judiciais (Nota 17)	3.362	2.505
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	29.842	26.353
Outros ativos	18	18
	<b>241.238</b>	<b>220.223</b>
Intangível (Nota 11)	604.549	612.521
Ativos de direito de uso (Nota 12.1)	-	13
	<b>845.787</b>	<b>832.757</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.529.774</b>	<b>1.540.666</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Circulante		
Fornecedores (Nota 13)	325.159	343.675
Obrigações por arrendamento (Nota 12.2)	-	17
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	98.754	118.714
Tributos a recolher (Nota 15)	8.512	29.247
Imposto de renda a pagar (Nota 15)	15.069	15.351
Dividendos e JCP a pagar (Nota 10)	43.533	38.917
Demais contas a pagar	2.505	1.608
	<b>493.532</b>	<b>547.529</b>
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	269.884	242.082
Provisão para contingências (Nota 17)	30.609	17.656
Débitos restituíveis	-	1.966
Obrigações setoriais (Nota 8)	201.387	183.238
	<b>501.880</b>	<b>444.942</b>
Total do passivo	995.412	992.471
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	224.186	224.186
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	310.086	323.919
Total do patrimônio líquido	534.362	548.195
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.529.774</b>	<b>1.540.666</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2022	2021
Receita líquida (Nota 19)	<b>3.399.222</b>	3.127.227
Custo do serviço prestado (Nota 20)	<b>(3.052.400)</b>	(2.817.006)
<b>Lucro bruto</b>	<b>346.822</b>	<b>310.221</b>
Despesas de vendas (Nota 22)	<b>(12.561)</b>	(12.254)
Despesas administrativas e gerais (Nota 22)	<b>(59.121)</b>	(41.697)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 23)	<b>(10.096)</b>	(739)
<b>Lucro operacional</b>	<b>265.044</b>	<b>255.531</b>
Receitas financeiras	<b>52.757</b>	47.736
Despesas financeiras	<b>(68.132)</b>	(67.864)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 24)</b>	<b>(15.375)</b>	<b>(20.128)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>249.669</b>	<b>235.403</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Nota 15.b)	<b>(79.024)</b>	(76.613)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Nota 15.b)	<b>3.489</b>	3.200
Lucro líquido do exercício	174.134	161.990
<b>Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações (em R\$)</b>	<b>0,08728</b>	<b>0,08120</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	174.134	161.990
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>174.134</b>	<b>161.990</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Reserva de capital - incentivos fiscais
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>161.419</b>	<b>90</b>
Aumento de Capital (conf. AGOE abril/2021)	62.767	-
Destinação para a reserva legal (conf. AGOE abril/2021)	-	-
Destinação para a reserva de expansão (conf. AGOE abril/2021)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Reserva legal	-	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 9,7964 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 11,1803 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (janeiro/2022)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>224.186</b>	<b>90</b>
Pagamento de dividendos com Res. Exp. (conf. AGOE abril/2022)	-	-
Pagamento de dividendos (aprovados conf. AGOE abril/2022)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 14,0609 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 9,8693 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2023)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>224.186</b>	<b>90</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reserva de lucros						
Expansão	Legal	Especial	Dividendo Adicional proposto	Lucros acumulados	Instrumentos financeiros	Total
<b>89.173</b>	<b>32.284</b>	<b>53.692</b>	<b>91.395</b>	-	-	<b>428.053</b>
(62.767)	-	-	-	-	-	-
-	6.232	-	(6.232)	-	-	-
85.163	-	-	(85.163)	-	-	-
-	-	-	-	161.990	-	161.990
-	6.321	-	-	(6.321)	-	-
-	-	-	-	(19.544)	-	(19.544)
-	-	-	-	(22.305)	-	(22.305)
-	-	-	113.820	(113.820)	-	-
<b>111.569</b>	<b>44.837</b>	<b>53.692</b>	<b>113.820</b>	-	-	<b>548.194</b>
(26.405)	-	-	-	-	-	(26.405)
-	-	-	(113.820)	-	-	(113.820)
-	-	-	-	174.134	-	174.134
-	-	-	-	(28.052)	-	(28.052)
-	-	-	-	(19.689)	-	(19.689)
-	-	-	126.393	(126.393)	-	-
<b>85.164</b>	<b>44.837</b>	<b>53.692</b>	<b>126.393</b>	-	-	<b>534.362</b>

## Demonstração dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>249.669</b>	235.403
Ajustes		
Amortizações do intangível	<b>40.657</b>	40.354
Depreciação do imobilizado - arrendamento	<b>13</b>	375
Provisão (Reversão) para contingências	<b>12.953</b>	1.525
Juros provisionados e não pagos	<b>46.737</b>	26.507
Resultado na venda do intangível	-	19
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	-	2
Juros sobre arrendamento	-	25
Atualização monetária sobre depósito judicial	<b>(422)</b>	(254)
Provisão para perdas de crédito esperadas	<b>2.935</b>	6.374
Lucro antes dos impostos ajustado	<b>352.542</b>	310.330
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	<b>50.086</b>	(94.470)
Tributos a recuperar e diferidos	<b>51.276</b>	78.990
Outros ativos	<b>(1.087)</b>	(212)
Fornecedores	<b>(18.533)</b>	106.614
Tributos a recolher	<b>(96.552)</b>	(86.507)
Outros passivos	<b>(1.050)</b>	458
Caixa proveniente das operações	<b>336.682</b>	315.203
Juros pagos sobre empréstimos	<b>(38.895)</b>	(21.170)
Juros pagos sobre arrendamento	<b>(1)</b>	(25)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(96.167)</b>	(84.307)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>201.619</b>	<b>209.701</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	<b>(32.685)</b>	(17.674)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(32.685)</b>	<b>(17.674)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal sobre arrendamento	<b>(17)</b>	(413)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	<b>(183.352)</b>	(33.251)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<b>(183.369)</b>	(33.664)
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	<b>(14.435)</b>	158.363
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>338.638</b>	<b>180.275</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>324.203</b>	<b>338.638</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

## 1. Contexto operacional

A CEG RIO S.A. (a “Companhia” ou “CEG RIO”) é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todas as atividades correlatas, compatíveis com a natureza do serviço de distribuição de gás.

A concessão obtida junto ao Estado do Rio de Janeiro tem o prazo de 30 anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela sua integridade;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2023.

### 1.1. Impactos da COVID-19

Ainda como efeitos da pandemia, que teve seu pior período em 2020, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi observado como possível impacto, considerando a dificuldade em dissociar as operações normais e àquelas incrementais relacionadas à pandemia, o aumento das perdas de crédito nos mercados com restrição temporária de cortes de fornecimento quando comparado ao período inicial de 2020 - pré-pandemia e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021- conforme evolução observada na nota explicativa nº 7 - Contas a receber de clientes.

Seguindo as determinações legais, em especial a Lei 8.769/20, que vedou a suspensão do fornecimento de gás natural, mesmo em casos de inadimplência de consumidores residenciais e aqueles classificados como: (i) MEIs (Micro Empreendedores Individuais); (ii) Micro e Pequenas Empresas; e aos optantes pelo regime de arrecadação de tributos denominado Simples Nacional (Lei Complementar Federal 123, de 14 de dezembro de 2006), a Companhia suspendeu o corte do fornecimento de gás natural canalizado por inadimplência do consumidor, abrangendo aproximadamente um milhão de clientes. Os cortes passaram a ser realizados somente em casos de emergência, como escapamentos. A medida valeu para residências, pequenos comércios, microempreendedores individuais e serviços médico-hospitalares.

Em 16.07.2021, foi publicada a Lei Estadual 9.356/2021 que alterou as medidas restritivas contidas na Lei Estadual 8.769/2020, passando a vigorar as condições e prazos previstos na Resolução ANEEL 928/2021, mantendo-se a vedação da interrupção do serviço ao cliente pessoa física cujo consumo não seja superior ao mínimo. Com a alteração, tornou-se possível a suspensão do fornecimento para os demais clientes inadimplentes, exceto para os casos mencionados na referida resolução. A partir desse momento, a Companhia implementou novas ofertas de parcelamento, bem como o planejamento de equipes com vistas à retomada do corte do fornecimento, que teve início no ano 2022. Considerando que continua vigente o Plano de Contingência adotado pela Secretaria de Estado de Saúde em decorrência da pandemia pelo coronavírus, a Companhia tem realizado a suspensão do serviço em observância às restrições legais, mediante prévia oferta ao cliente da possibilidade de parcelamento do débito.

Além disso, a Companhia realizou a adequação de seus sistemas e atividades para, a partir de janeiro/23, ofertar ao consumidor inadimplente a possibilidade de pagamento das faturas em atraso por meio de cartão de débito, previamente à interrupção dos serviços.

### **1.2 Alterações tributárias: Lei complementar nº 194/2022**

Em 23 de junho de 2022, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, a qual alterou a Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços, relativos à combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, como essenciais, bem como alterou a Lei Complementar nº 192, de 11 de março de 2022, estabelecendo, dentre outros, a aplicação da alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV) às pessoas jurídicas atuantes na cadeia econômica do referido produto até 31 de dezembro de 2022.

Dessa forma, a Companhia passou a aplicar a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas posteriormente à vigência da lei.

Em 2 de janeiro de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória de nº 1.157 de 1 de janeiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) para o mercado do GNV até 28 de fevereiro de 2023.

## **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os instrumentos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas

áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

## **2.2. Moeda funcional**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

## **2.3. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com um risco insignificante de mudança de valor.

Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

## **2.4. Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

### **2.4.1. Ativos financeiros**

#### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

### **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)**

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

#### **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

### **Desreconhecimento**

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

## **2.4.2. Passivos financeiros**

### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de **hedge** em um **hedge** efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

### **Mensuração subsequente**

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

### **Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

## **2.6. Depósitos judiciais**

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

## **2.7. Ativos intangíveis**

### **i) Contrato de concessão**

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização.

O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

#### **ii) Programas de computador (softwares)**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

#### **iii) Servidão de passagem**

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

### **2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam *ágio*, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido

determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

### **2.9. Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### **2.10. Custos de empréstimos**

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **2.11. Provisão para contingências**

As provisões para ações judiciais e decorrentes das estimativas de compras de gás para fornecimento às térmicas são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **2.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

### **2.13. Capital social**

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

### **2.14. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia são reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, e calculados com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é provisionado e deve ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

### **2.15. Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando esta pode ser mensurada com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

#### *a) Venda de gás*

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

#### *b) Receita de Prestação de Serviço de Distribuição*

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

#### *c) Serviço de construção*

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

#### *d) Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras foram analisadas e não se espera que tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

As normas analisadas pela Companhia foram:

- **CPC 50** - Contratos de seguro.
- **IAS 1** - Classificação de passivo como circulante e não circulante
- **CPC 23/IAS28** - Definição de estimativa contábil
- **CPC 32/IAS 12** - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*).

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

### a) Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 98.653 (R\$ 188.334 em 31 de dezembro de 2021).

### b) Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

### c) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 17.

## 4. Gestão de risco financeiro

### 4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a) *Risco de mercado*

**i) Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexados à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2022 não há ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

**ii) Risco com taxa de juros**

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) *Risco de crédito*

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalentes de caixa em bancos de primeira linha.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 88.751 clientes do segmento residencial, comercial, industrial, veicular e geração elétrica, porém existe a concentração/dependência do segmento industrial tendo como principal fonte de receita um único cliente, cujo volume faturado representa aproximadamente 72% (73% em 2021) do total sem considerar as térmicas (mercado convencional).

c) *Risco de liquidez*

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está inferior ao ativo circulante no montante de R\$ 190.455 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 160.380 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG RIO goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>			
Empréstimos e financiamentos	<b>125.415</b>	<b>186.450</b>	<b>129.321</b>
Fornecedores	<b>325.159</b>	-	-
Demais contas a pagar	<b>2.505</b>	-	-
Arrendamento	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>			
Empréstimos e financiamentos	122.850	175.245	116.636
Fornecedores	343.675	-	-
Demais contas a pagar	1.608	-	-
Arrendamento	17	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma e, sim, baseadas em uma opção da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

#### d) Análise de sensibilidade

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 44.435 (R\$ 17.997 em 31 de dezembro de 2021), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2022, indicava uma taxa SELIC em 13,75%.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		Deterioração 25%	Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2022 - %	13,65	13,65	13,65
Dívida líquida – bancos	44.435	44.435	44.435
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2022 - %	12,25	15,31	18,38
Despesa financeira	(622)	739	2.100
IR e CS	(212)	251	714
<b>Despesa (receita) financeira depois dos impostos</b>	<b>(411)</b>	<b>488</b>	<b>1.386</b>

## 4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total de capital próprio e de terceiros. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumariados:

	2022	2021
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	368.638	360.796
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(324.203)	(338.638)
Dívida líquida	44.435	22.158
Total do patrimônio líquido	534.362	548.195
Total do capital próprio e de terceiros	578.797	570.353
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>8%</b>	<b>4%</b>

## 4.3. Instrumentos financeiros

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

### b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração supervisiona e aprova as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

## 5. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Apresentamos, a seguir, os principais instrumentos financeiros classificados por categoria:

	2022	2021
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	324.203	338.638
Contas a receber de clientes	267.334	320.355
Outros ativos	1.800	2.043
	<b>593.337</b>	<b>661.036</b>

	2022	2021
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	368.638	360.796
Dividendos e JCP a pagar	43.533	38.917
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	327.664	345.283
	<b>739.835</b>	<b>744.996</b>

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2022		31 de dezembro de 2021	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	368.638	368.638	360.796	360.796
Dividendos e JCP a pagar	43.533	43.533	38.917	38.917
<b>Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais</b>	<b>327.664</b>	<b>327.664</b>	<b>344.143</b>	<b>344.143</b>

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	98.638	56.222
Aplicações financeiras (CDBs)	225.565	282.416
	<b>324.203</b>	<b>338.638</b>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas nos Bancos Santander e Bradesco referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 102,1% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

## 7. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	2022	2021
<b>Consumidores de gás e serviços</b>		
Faturado	248.281	207.378
Não faturado	98.653	188.334
Venda de equipamentos e serviços	332	1.640
	347.266	397.352
Provisão para perdas de crédito esperadas	(79.932)	(76.997)
<b>Total de contas a receber</b>	<b>267.334</b>	<b>320.355</b>
Circulante	267.121	320.245
<b>Não circulante (a)</b>	<b>213</b>	<b>110</b>

(a) Refere-se a parcelamento de cliente acima de 12 meses.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	2022	2021
A vencer		
Faturado	169.212	131.058
Não faturado	98.652	188.334
Vencidas		
Vencidas até três meses	6.429	5.751
De três a seis meses	3.607	2.368
Acima de seis meses	69.366	69.841
	<b>347.266</b>	<b>397.352</b>

A Provisão para perdas de crédito esperadas está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes antigos do segmento industrial que acumularam uma dívida histórica de R\$ 7.407, R\$ 17.015 e R\$ 33.014 respectivamente. Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, resultou-se no corte do fornecimento de gás por meio de decisões judiciais e consequentes execuções que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás - PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final favorável à CEG RIO. Por isso, a Administração optou por manter o valor provisionado.

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A Vencer	2,52%	1,93%
1 a 30 dias	18,25%	9,37%
31 a 60 dias	36,61%	43,42%
61 a 90 dias	63,06%	61,06%
91 a 120 dias	67,76%	69,14%
121 a 180 dias	74,71%	77,45%
181 a 360 dias	82,53%	70,90%
Mais de 360 dias	98,74%	98,71%

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperadas seguem demonstrada abaixo:

	2022	2021
Em 1º de janeiro	<b>76.997</b>	70.623
Provisão para perdas de crédito esperadas	<b>3.827</b>	7.482
Recuperação de perdas das contas a receber	<b>(892)</b>	(1.108)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>79.932</b>	<b>76.997</b>

Cabe esclarecer que, na constituição de provisão para perdas, inclui-se variáveis de probabilidade futura de inadimplência que, neste momento, estão agravadas pelo cenário da COVID-19 onde em linha com o disposto no Decreto Estadual Nº46.966 de 11/03/2020, a Companhia interrompeu os serviços de corte para as ligações de algumas as categorias. Embora a provisão aponte um aumento da inadimplência pelo cenário exposto, a expectativa é de que esta variável possua alcance limitado de impacto nas análises de perdas esperadas.

Os valores inferiores a R\$ 15 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias e representaram em 31 de dezembro de 2022 R\$9.397 (R\$ 5.702 em 31 de dezembro de 2021).

As demais contas a receber do balanço não contêm ativos sujeitos a provisões para perda de crédito esperada.

## 8. Tributos a recuperar

	<b>2022</b>	2021
PIS e COFINS	19.661	1.362
PIS e COFINS contencioso (a)	201.387	183.239
Contribuição social (b)	52.762	35.713
ICMS a recuperar	16.641	15.656
Demais tributos	6.801	1.731
	<b>297.252</b>	<b>237.701</b>
Circulante	89.449	46.464
Não circulante	207.803	191.237

(a) Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) não compõe a base de cálculo do Programa de Integração Social (“PIS”) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”), uma vez que este valor não constitui receita/faturamento da Companhia. Assim, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) apreciou os embargos de declaração opostos pela União, pacificando em definitivo as questões jurídicas, definindo que o ICMS a ser excluído da base de cálculo das Contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais e que os efeitos da Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deve se dar após 15.03.2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até 15.03.2017.

Em 28 de setembro de 2021, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, por meio do PARECER SEI Nº 14.483/2021/ME, se manifestou quanto as orientações a serem observadas no cumprimento da decisão do STF, especialmente quanto ao marco da cessação da eficácia de decisões anteriores a definitividade do precedente com repercussão geral.

A Companhia impetrou o Mandado de Segurança em 31 de agosto de 2016 e após discussões judiciais, transitou em julgado em 04 de novembro de 2022. Desta forma, a Companhia em 30 de dezembro de 2022 iniciou o processo de habilitação dos valores indevidamente pagos em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS nos cinco anos anteriores à impetração do respectivo Mandado de Segurança, aguardando o deferimento para sua efetiva compensação.

Em novembro de 2021, a Companhia reconheceu em seu ativo não circulante, o montante de R\$173.201, os quais atualizados em 31 de dezembro de 2022, somam o total de R\$ 201.387 (R\$145.663 principal e R\$ 55.724 de atualização monetária) relativo a créditos de PIS e COFINS, cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre março de 2012 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. Considerando os valores médios dos tributos federais recolhidos nos últimos anos, a Companhia estima que o valor total reconhecido será compensado em aproximadamente 5 anos, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário.

(b) Referem-se a antecipações mensais de contribuição social com base na receita bruta.

## 9. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

### a) Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	<b>2022</b>	2021
Provisão para perda esperada sobre contas a receber	16.314	15.343
Provisão para contingências	10.407	6.003
AVP Financeiro	2.927	4.473
Provisão de Fornecedores	680	578
Outras adições e exclusões	(486)	(44)
<b>Ativo não circulante</b>	<b>29.842</b>	<b>26.353</b>

### b) Movimentação

	IR e CS diferidos ativos sobre:					Total
	Provisão para perda esperada de crédito	Provisão para contingências	AVP Financeiro	Provisão de Fornecedores	Outras adições exclusões	
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	13.193	5.485	3.826	638	11	23.153
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.150	518	647	(60)	(55)	3.200
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	15.343	6.003	4.473	578	(44)	26.353
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	971	4.404	(1.546)	102	(442)	3.489
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>16.314</b>	<b>10.407</b>	<b>2.927</b>	<b>680</b>	<b>(486)</b>	<b>29.842</b>

**c) Realização**

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	<b>2022</b>	2021
2023	3.582	3.162
2024	3.879	3.426
2025	4.476	3.953
2026	5.073	4.480
2027	5.968	5.271
2028	4.178	3.689
2029	2.686	2.372
	<b>29.842</b>	<b>26.353</b>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**10. Partes relacionadas**

As tabelas a seguir apresentam transações e o valor total das operações que tenham sido celebradas com partes relacionadas para cada data de reporte apresentada.

Os saldos em 31 de dezembro de 2022 são demonstrados como segue:

<b>A receber/pagar</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
<b>Controle comum:</b>				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	2.231	-	22.676
Naturgy Soluções S.A. (b)	10	-	6	-
	10	2.231	6	22.676
<b>JCP e dividendos</b>				
<b>Controladora:</b>				
Naturgy DL S.A. (c)	-	25.943	-	-
<b>Coligada:</b>				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.306	-	-
Commit Gas (c)	-	16.284	-	-
	-	43.533	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>10</b>	<b>45.764</b>	<b>6</b>	<b>22.676</b>
Em 31 de dezembro de 2021	93	39.384	8	20.508

Os saldos em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados como segue:

<b>A receber/pagar</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Receitas</b>	<b>Despesas</b>
<b>Controle comum:</b>				
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG (a)	-	467	-	20.508
Naturgy Soluções S.A. (b)	-	-	8	-
Commit Gás	93			
	<b>93</b>	<b>467</b>	<b>8</b>	<b>20.508</b>
<b>JCP e dividendos</b>				
<b>Controladora:</b>				
Naturgy DL S.A. (c)	-	23.192	-	-
<b>Coligada:</b>				
Pluspetrol Energy S.A. (c)	-	1.168	-	-
Commit Gas (c)	-	14.557	-	-
	-	38.917	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	93	39.384	8	20.508

(a) Referem-se, substancialmente, a obrigações por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

(b) Referem-se a recebimento de comissão por serviço de faturamento.

(c) Referem-se à distribuição de 25% do lucro líquido do exercício.

Não havia outras transações além dos dividendos pagos entre as entidades e a Companhia durante o exercício.

#### **Termos e condições de transações com partes relacionadas**

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes. Os saldos em aberto no fim do exercício não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

#### **Remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal**

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<b>2022</b>	2021
Conselho Fiscal	331	317
Conselho de Administração	411	358
Honorários dos administradores	4.073	3.679
	<b>4.815</b>	<b>4.354</b>

Os montantes apresentados na tabela referem-se aos valores reconhecidos como despesa no exercício relacionados com os membros-chave da Administração.

## 11. Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos	Servidões de passagem (a)	Software (b)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	112.222	2	391	522.605	635.220
Aquisição	-	-	-	17.674	17.674
Baixas líquidas	-	-	-	(19)	(19)
Amortização	(17.716)	-	(118)	(22.520)	(40.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	94.506	2	273	517.740	612.521
Custo total	214.853	281	2.602	746.126	963.862
Amortização acumulada	(120.347)	(279)	(2.329)	(228.386)	(351.341)
Valor residual	94.506	2	273	517.740	612.521
Saldos em 1º de janeiro de 2022	94.506	2	273	517.740	612.521
Aquisição	-	-	-	<b>32.685</b>	<b>32.685</b>
Baixas líquidas	-	-	-	-	-
Amortização	<b>(17.717)</b>	-	<b>(117)</b>	<b>(22.823)</b>	<b>(40.657)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>76.789</b>	<b>2</b>	<b>156</b>	<b>527.602</b>	<b>604.549</b>
Custo total	<b>214.853</b>	<b>281</b>	<b>2.602</b>	<b>778.811</b>	<b>996.547</b>
Amortização acumulada	<b>(138.064)</b>	<b>(279)</b>	<b>(2.446)</b>	<b>(251.209)</b>	<b>(391.998)</b>
Valor residual	<b>76.789</b>	<b>2</b>	<b>156</b>	<b>527.602</b>	<b>604.549</b>

(a) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(b) Software refere-se a investimento com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

A composição dos bens incluídos na conta de contrato de concessão está apresentada a seguir:

	Rede de gás	Máquinas e equipamentos	Outros (d)	Total em operação	Imobilizado em andamento (c)	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>447.442</b>	<b>52.825</b>	<b>4.769</b>	<b>505.036</b>	<b>17.569</b>	<b>522.605</b>
Aquisição		6.834	14	6.848	10.826	17.674
Transferência para imobilizado em operação	6.070	-	-	6.070	(6.070)	-
Transferência (e)						
Baixas líquidas	-	(19)	-	(19)	-	(19)
Amortização	(17.398)	(4.785)	(337)	(22.520)	-	(22.520)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>436.114</b>	<b>54.855</b>	<b>4.446</b>	<b>495.415</b>	<b>22.325</b>	<b>517.540</b>
Custo total	619.028	96.789	7.913	723.730	22.325	746.055
Amortização acumulada	(182.914)	(41.934)	(3.467)	(228.315)	-	(228.315)
Valor residual	436.114	54.855	4.446	495.415	22.325	517.740
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>436.114</b>	<b>54.855</b>	<b>4.446</b>	<b>495.415</b>	<b>22.325</b>	<b>517.740</b>
Aquisição	-	<b>8.437</b>	<b>472</b>	<b>8.908</b>	<b>23.777</b>	<b>32.685</b>
Transferência para imobilizado em operação	<b>18.272</b>	-	-	<b>18.272</b>	<b>(18.272)</b>	-
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	-
Amortização	(17.515)	(5.087)	(222)	(22.823)	-	(22.823)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>436.871</b>	<b>58.205</b>	<b>4.696</b>	<b>499.772</b>	<b>27.830</b>	<b>527.602</b>
Custo total	637.369	105.226	8.386	750.981	27.830	778.811
Amortização acumulada	(200.498)	(47.021)	(3.690)	(251.209)	-	(251.209)
Valor residual	436.871	58.205	4.696	499.772	27.830	527.602
Taxas anuais de amortização (em anos)	30	10 e 20	Diversas		-	

(c) As obras em andamento referem-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

(d) Encontram-se aglutinadas as classes de veículos, móveis e utensílios, terrenos, benfeitorias e *hardware*, os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$39 (R\$44 em 31 de dezembro de 2021) à taxa média de 6,39% (4,39% em 31 de dezembro de 2021).

(e) A companhia reclassificou alguns de seus itens para a classe de ativo referente a máquinas e equipamentos, é importante ressaltar que esta reclassificação não teve impactos nos saldos relativos a amortização destes itens.

## 12. Obrigações por arrendamento

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos e edificações. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

### 12.1. Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 01/01/2022	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2022	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	13	-	(13)	-	3,67
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>(13)</b>	<b>-</b>	

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2021:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 01/01/2021	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2021	Prazo médio contratual (anos)
Terrenos	36	-	(23)	13	3,67
Edificações	354	(2)	(352)	-	2,57
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>390</b>	<b>(2)</b>	<b>(375)</b>	<b>13</b>	

### 12.2. Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 01/01/2022	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2022
Terrenos	17	1	(17)	(1)	-
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>(17)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>

Abaixo demonstramos a movimentação do saldo em 2021:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 01/01/2021	Encargos financeiros	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2021
Terrenos	40	3	(23)	(3)	17
Edificações	390	22	(390)	(22)	-
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>430</b>	<b>25</b>	<b>(413)</b>	<b>(25)</b>	<b>17</b>

## 13. Fornecedores

	2022	2021
De gás (a)	310.288	332.922
De materiais	3.193	2.575
De serviços	11.678	8.178
	<b>325.159</b>	<b>343.675</b>

(a)A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o 12º Termo Aditivo, celebrado entre as partes em dezembro de 2019, no qual seguem as cláusulas do contrato original celebrado em 18 de julho de 2008. Vide nota 18.

## 14. Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Linhas de crédito	368.638	360.796
	368.638	360.796
Circulante	98.754	118.714
Não circulante	269.884	242.082
	<b>368.638</b>	<b>360.796</b>

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de desenvolvimento de infraestrutura e distribuição de gás para novos municípios.

Os referidos empréstimos e financiamentos não apresentam cláusulas restritivas.

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores contábeis baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados à taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Data da Operação	Vencimento	Lc (*)	2022		2021		
					Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	
<b>Em moeda nacional</b>									
Banco Safra	CDI+2,10%	04/03/2022	21/02/2025	100%	(a)	13.543	109.749	114.160	-
Banco Mizuho	CDI+2,40%	03/11/2020	03/11/2023	100%		82.674	-	2.200	80.736
Banco Itaú	CDI+2,10%	02/12/2021	02/12/2024	100%		1.646	90.552	1.366	91.141
Banco Santander	CDI+1,05%	10/11/2022	11/11/2024	100%	(a)	891	69.583	988	70.205
						<b>98.754</b>	<b>269.884</b>	<b>118.714</b>	<b>242.082</b>

(a) Operações com os bancos Safra e Santander repactuados durante o exercício de 2022. Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no reconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o calor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo no resultado o montante de R\$ 2.296 (Nota 24) referente a perda decorrente da modificação dos termos da dívida.

(\*) Lc - Linha de crédito.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo são os seguintes:

	2022	2021
2023	-	150.941
2024	160.135	91.141
2025	109.749	-
	<b>269.884</b>	<b>242.082</b>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 20.000 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

### Mapa de movimentação dos empréstimos

	2022	2021
Saldo inicial	360.796	355.459
Encargo provisionado	46.737	26.507
Encargo pago	(38.895)	(21.170)
<b>Saldo final</b>	<b>368.638</b>	<b>360.796</b>

## 15. Tributos a recolher

### a) Composição do saldo

	2022	2021
Imposto de renda a pagar	15.069	15.351
ICMS (a)	5.294	23.761
PIS e COFINS (b)	40	2.360
Taxa Agência Reguladora	1.426	1.547
ISS	882	1.003
Outros	870	576
	<b>23.581</b>	<b>44.598</b>

(a) Devido à redução de fornecimento ao cliente UTE Norte Fluminense o ICMS reduziu em relação ao período comparativo.

(b) A Companhia possui saldo a compensar e vem utilizando esses créditos em sua operação.

### b) Reconciliação do benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	249.669	249.669	235.403	235.403
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(62.417)	(22.470)	(58.851)	(21.186)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	7.013	2.525	4.886	1.759
Adições permanentes	(154)	(56)	(33)	(12)
Outros	24	-	24	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(55.534)</b>	<b>(20.001)</b>	<b>(53.974)</b>	<b>(19.439)</b>
Imposto corrente	(58.099)	(20.925)	(56.327)	(20.286)
Imposto diferido	2.565	924	2.353	847
	<b>(55.534)</b>	<b>(20.001)</b>	<b>(53.974)</b>	<b>(19.439)</b>
Alíquota efetiva	22%	8%	23%	8%

## 16. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social de R\$ 224.186 está representado por 1.995.023 ações, sendo 665.008 ordinárias e 1.330.015 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
<b>Residentes no exterior</b>		
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Naturgy Distribución Latinoamerica S.A.	468.576	720.345
<b>Residentes no país:</b>		
Commit Gás	174.175	572.076
	<b>665.008</b>	<b>1.330.015</b>

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembleias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital de acordo com o Estatuto.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

### b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	2022	2021
Lucro líquido	174.134	161.990
Constituição da reserva legal	-	(6.321)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>174.134</b>	<b>155.669</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios 25%</b>	<b>43.533</b>	<b>38.917</b>
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	28.052	19.544
Dividendos a pagar	19.689	22.305
<b>Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício</b>	<b>27%</b>	<b>27%</b>

A Assembleia Geral Ordinária e extraordinária de abril de 2022 aprovou a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma: R\$ 19.544 a título de JCP (R\$ 13.934 em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 22.305 em forma de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 19.317 em 31 de dezembro de 2020).

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2022, aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a serem distribuídos aos acionistas no valor de R\$ 28.052, que líquido de impostos representa R\$ 23.844.

O dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 19.689.563,35, foi registrado de forma a atender o disposto no Estatuto da Companhia que estabelece uma distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei.

Os dividendos adicionais propostos no valor de R\$ 126.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 113.820 em 31 de dezembro de 2021) não foram reconhecidos como passivo em 31 de dezembro, conforme requerido pelo ICPC 08 - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, por não se caracterizarem como obrigação presente na data do balanço, pois estão sujeitos à aprovação na Assembleia Geral Anual que poderá deliberar ou não pelo seu pagamento ou por pagamento por valor diferente do proposto sendo, portanto, mantidos no patrimônio líquido.

### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para eventual compensação de prejuízo e aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu a reserva legal até o limite de 20% do capital social e em razão ao limite alcançado não houve constituição de reserva legal em 31 de dezembro de 2022.

### d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Conforme deliberação em AGOE realizada no dia 29 de abril de 2022, foi destinado o valor de R\$ 26.405 desta reserva para pagamento de dividendos em parcela única, realizado em 20 de junho de 2022.

### e) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme segue:

	2022	2021
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	174.134	161.990
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.995.023	1.995.023
<b>Lucro básico por ação – R\$</b>	<b>0,08728</b>	<b>0,08120</b>

## 17. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2022	2021
Trabalhistas	4.227	825
Cíveis	11.462	2.548
Regulatória	104	84
Tributárias	14.816	14.199
	<b>30.609</b>	<b>17.656</b>

A composição e movimentação das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2021	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2022
Trabalhistas	825	5.590	(2.188)	4.227
Tributárias	14.199	617	-	14.816
Regulatórias	84	33	(13)	104
Cíveis	2.548	10.060	(1.146)	11.462
<b>Total</b>	<b>17.656</b>	<b>16.300</b>	<b>(3.347)</b>	<b>30.609</b>

	2020	Adições	Baixas por reversão/ pagamento	2021
Trabalhistas	1.495	186	(856)	825
Tributárias	12.191	2.305	(297)	14.199
Regulatórias	45	45	(6)	84
Cíveis	2.400	298	(150)	2.548
<b>Total</b>	<b>16.131</b>	<b>2.834</b>	<b>(1.309)</b>	<b>17.656</b>

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular multas aplicadas pela Agência Reguladora com destaque para os processos de número 0313016-47.2017.8.19.001 e 0173774-39.2018.8.19.001 nos valores de R\$ 3.307 e R\$ 1.021, respectivamente.

Há ainda o processo de número 0127317-07.2022.8.19.0001 que se refere a execução provisória de honorários advocatícios sucumbenciais, decorrente de sentença de improcedência, proferida nos autos de ação anulatória no valor de R\$ 2.663.

Os demais processos no montante de R\$ 4.471 referem-se à processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

As contingências tributárias referem-se aos processos de execução fiscal ajuizados pela união federal, objetivando a cobrança de supostos créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. O saldo em 31 de dezembro de 2022 R\$ 14.816 (R\$ 14.199 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente a Companhia possui outros processos divididos em: (a) trabalhistas R\$ 7.126 (R\$ 1.742 em 31 de dezembro de 2021), (b) tributários R\$ 31.441 (R\$ 28.710 em 31 de dezembro de 2021), (c) regulatórios R\$ 829 (R\$ 879 em 31 de dezembro de 2021) e (d) cíveis R\$ 128.410 (R\$ 756 em 31 de dezembro de 2021) que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos.

Referente as contingências cíveis possíveis, refere-se principalmente a uma ação movida pelos clientes por não concordarem com o aumento da margem decorrente da 2ª Revisão Tarifária, buscando a anulação desse aumento praticado mediante edição de Deliberação da AGENERSA no valor de R\$ 128.140.

Informamos que no ano de 2021, tivemos a baixa do processo nº 16682.720.510/2013-38, com êxito total, referente ao Auto de Infração que exigia a cobrança de compensação de débitos requeridos referente ao tributo COFINS. Os advogados da Companhia estimavam este processo como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituído provisão na época em que foi exigido o recolhimento do débito, cujo valor atualizado era de R\$ 2.168.

Destacamos que, em dezembro/2021, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um Auto de Infração relativo aos períodos de janeiro/2016 a dezembro/2020, exigindo o recolhimento do ICMS sobre o fornecimento de gás para o cliente com diferimento de imposto. O novo processo refere-se à suspensão do diferimento do ICMS não comunicado por cliente detentor do benefício fiscal, resultando na continuidade da emissão pela Companhia de faturas de gás sem o destaque do ICMS. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 23.503 (R\$ 21.337 em 31 de dezembro de 2021).

Há ainda depósitos judiciais de natureza trabalhista no montante de R\$ 85 em 2022 (R\$ 116 em 2021) e cível R\$ 2.634 (R\$ 2.389 em 2021).

## 18. Compromissos

### 18.1. Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras para uso convencional (“Contrato”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 10 de dezembro de 2019, foi celebrado o Termo Aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, no qual as partes acordam em diminuir a quantidade diária contratual, para 2.400.000 m<sup>3</sup>/dia e a adesão à uma nova política de preços, indexada aos preços internacionais do petróleo tipo Brent. Esse aditivo se encontrava vigente na data de encerramento do exercício.

Pelos aditivos nº 11 e nº 12 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG RIO se comprometeu a partir do ano de 2019:

- (i) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do referido mês, corresponda a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- (ii) A retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade do referido mês, correspondente a 100% da QDC.

No exercício de 2022 e 2021, não houve pagamento relacionado à Retirada Mínima Mensal.

Considerando o término da vigência do Contrato, em 31 de dezembro de 2021, a CEG RIO realizou Chamada Pública, em 03 de setembro de 2021, não tendo recebido proposta elegível. Em consequência, iniciou negociações bilaterais com a Petrobras, tendo sido apresentada proposta bem superior aos patamares até então praticados.

Diante das considerações acima, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Rio de Janeiro, interpuseram medidas judiciais, sendo concedida decisão liminar que assegurou a manutenção das condições do contrato que possuía validade até 31.12.2021. A referida liminar continua vigente na data da aprovação destas demonstrações financeiras.

No início de setembro de 2022 foi realizada a Chamada Pública 01/22. Dentre as propostas recebidas a CEG RIO, permanece em negociação para o suprimento de gás a partir de 2023.

## 19. Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2022	2021
Venda de gás	4.003.212	3.691.804
Serviço de distribuição (ATR) (a)	12.796	84.990
Contratos de construção	24.107	14.013
Outras receitas	2.169	795
<b>Total receita bruta</b>	<b>4.042.284</b>	<b>3.791.602</b>
(-) Deduções da receita bruta	(643.062)	(664.375)
<b>Receita líquida</b>	<b>3.399.222</b>	<b>3.127.227</b>

(a) Receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras.

## 20. Custo do serviço prestado

	2022	2021
Compra de gás e de serviços	(2.987.974)	(2.763.093)
Custo dos contratos de construção	(24.107)	(14.013)
Amortização	(40.319)	(39.900)
	<b>(3.052.400)</b>	<b>(2.817.006)</b>

## 21. Revisão tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária 2018-2022), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/2018 e em 19/11/2018, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/2021 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4199/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG RIO.

Em 29/03/2021, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação até o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado e do Poder Concedente sobre as questões relativas ao 3º termo aditivo do Contrato de Concessão.

Em 14/06/2021, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais das decisões constantes da mesma.

Em 21/06/2021, a Concessionária apresentou seus Embargos de Declaração em face ao contido na referida Deliberação.

Em 30/12/2021, na sessão regulatória, foi proferida a Deliberação 4364/21, que reconhece o direito ao repasse da inflação de forma diferida, sendo retroativa a 01/01/2022, além do IGPM represado no ano de 2021, sendo condicionada a sua aplicabilidade quando da conclusão da 4ª Revisão Quinquenal.

A referida decisão foi publicada em 30 de dezembro de 2021. No dia 27/01/2022 a Companhia ingressou com um mandado de segurança contra a decisão da AGENERSA.

Em 08 de março de 2022 foi proferida a Decisão Liminar de Agravo de Instrumento nº 0013626-18.2022.8.19, a qual assegurou a aplicação imediata do reajuste anual, fixando temporariamente o IPCA (10,74%) como índice de reajuste, excluindo desta alteração a tarifa do setor termoeletrico, a qual foi reajustada pelo IGPM (17,78%), porquanto tal segmento apresenta maior condição de manter o equilíbrio contratual com a aplicação do índice vigente.

Em 12/04/2022 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.408, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, mantendo a Deliberação AGENERSA nº 4.199/2021 e a suspensão de seus efeitos.

Em 25/04/2022 a Concessionária apresentou Recurso Administrativo em face ao contido na referida Deliberação AGENERSA nº. 4.199/2021. Até o momento não há definição da AGENERSA quanto ao Recurso apresentado.

## 22. Despesas de vendas, gerais e administrativas

	<b>2022</b>	2021
Serviço de profissionais contratados (a)	(30.397)	(25.997)
Amortização	(338)	(455)
Serviços de manutenção	(10.504)	(7.549)
Honorários e remuneração pessoal-chave	(4.814)	(4.389)
Utilidades, materiais e serviços	(2.599)	(2.242)
Provisões (reversões) de contingências, líquidas (nota 17)	(8.162)	427
Perda (recuperação) de créditos (b)	(8.394)	(4.652)
Provisão para perdas de crédito esperada (b)	(2.935)	(6.374)
Despesas de atividades comerciais (b)	(1.232)	(1.228)
Propaganda e publicidade	(851)	(642)
Amortização do imobilizado arrendamento (nota 12)	(14)	(375)
Outros	(1.442)	(475)
	<b>(71.682)</b>	<b>(53.951)</b>

(a) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de faturas e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculadas à tecnologia da informação e segurança.

(b) Composição das despesas com vendas da DRE.

## 23. Outras receitas e despesas, líquidas

	2022	2021
Indenização a terceiros (a)	(2.528)	(288)
Receita de penalidades por desvio de programação	4.504	4.885
FEEF (b)	(10.371)	(4.521)
Demais despesas (receitas)	(1.701)	(815)
	<b>(10.096)</b>	<b>(739)</b>

(a) Trata-se de execução provisória das sentenças proferidas nos autos dos embargos à execução nº 0235995-10.2008.8.19.0001 e da correlata execução de título extrajudicial nº 0113097-63.2006.8.19.0001, que condenaram a CEG RIO ao pagamento em favor do Exequente de honorários advocatícios sucumbenciais fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa em ambas as demandas.

(b) O Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF) foi instituído pela Lei nº 7.428, de 25 de agosto de 2016, com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro que versa sobre a fruição do benefício fiscal ou incentivo fiscal, já concedido ou que vier a ser concedido, fica condicionada ao depósito ao FEEF do montante equivalente ao percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre a diferença entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização de benefício ou incentivo fiscal concedido à empresa contribuinte do ICMS, nos termos do Convênio ICMS nº 42, de 3 de maio de 2016, já considerado no aludido percentual a base de cálculo para o repasse constitucional para os Municípios (25%).

No decorrer do ano de 2022 a empresa fornecedora de gás utilizou outras origens, fora do Estado do Rio de Janeiro, o que reduziu a tomada de créditos na apuração do FEEF resultando maior recolhimento do tributo no ano de 2022 em relação ao ano de 2021.

## 24. Resultado financeiro, líquido

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	<b>35.372</b>	9.666
Juros e multas	<b>777</b>	515
Atualizações monetárias ativas (a)	<b>16.608</b>	37.555
	<b>52.757</b>	47.736
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de empréstimo (Nota 14)	<b>(46.737)</b>	(26.507)
Comissões	<b>(46)</b>	(25)
Juros capitalizados no intangível (Nota 11)	<b>39</b>	44
IOF	<b>(1)</b>	(1)
Juros arrendamento	<b>(1)</b>	(25)
Multa e juros	<b>(162)</b>	(20)
Outras despesas financeiras	<b>(512)</b>	(341)
Atualizações monetárias passivas-Contingências (Nota17)	<b>(4.791)</b>	(1.952)
Atualizações monetárias passivas (a)	<b>(15.921)</b>	(39.037)
	<b>(68.132)</b>	(67.864)

**Resultado financeiro**

(15.375)

(20.128)

a) Refere-se substancialmente à atualização da taxa SELIC sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

**25. Seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<b>Ramos</b>	<b>Vigência das apólices</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Risco operacional	29/10/22 a 29/10/23	257.500
Responsabilidade civil geral	29/10/22 a 29/10/23	772.500
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/22 a 29/10/23	94.000

# Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

CEG Rio S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG Rio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG Rio S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
**CRC SP-014428/O-6 F-RJ**

**Bernardo Moreira Peixoto Neto**  
**Contador - CRC RJ-064887/O-8**

## Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da CEG RIO S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 13/02/2023, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 14 de fevereiro de 2023.

**Felipe Kfuri Moreira da Silva**

**Paulo Andrade Rodrigues**

**Marcelo Vieira Werneck**

**Renato Achutti**

**Pedro Antonio Martins Aparício**



**Naturgy** 

[www.naturgy.com.br](http://www.naturgy.com.br)